



DR. LUÍS MÁRCIO NASCIMENTO ALBUQUERQUE
JUIZ DE DIREITO, MEMBRO DA COCM-TJAM

DRA. ANA MARIA DE OLIVEIRA DIÓGENES
JUÍZA DE DIREITO, MEMBRO DA COCM-TJAM

DRA. MARGARETH ROSE CRUZ HOAGEN
JUÍZA DE DIREITO, MEMBRO DA COCM-TJAM

DRA. LILIAN NARA PINHEIRO DE ALMEIDA
PROMOTORA DE JUSTIÇA, MEMBRO DA COCM-TJAM, REPRESENTANTE DO MPE-AM

MARÍLIA OLIVEIRA CABRAL
SERVIDORA DO TJAM, SECRETÁRIA DA COCM-TJAM

LUCIANA LIMA AUGUSTO NASSER
SERVIDORA DO TJAM, MEMBRO DA COCM-TJAM

MONIQUE LOBO RAMOS CASTELO BRANCO
SERVIDORA DO TJAM, MEMBRO DA COCM-TJAM

IVAN DE AZEVEDO TRIBUZY FILHO
SERVIDOR DO TJAM, MEMBRO DA COCM-TJAM

MILARDSON FARIA RODRIGUES FILHO
SERVIDOR DO TJAM, MEMBRO DA COCM-TJAM

EXTRATOS

EXTRATO Nº 019/2026 - SECOP/DVCC/SGC

- 1. ESPÉCIE:** Contrato Administrativo nº 010/2026 - FUNJEAM.
- 2. PROCESSO ADMINISTRATIVO:** 2026/000003674-00
- 3. DATA DA ASSINATURA:** 11/02/2026
- 4. PARTÍCIPES:** O Tribunal de Justiça do Amazonas e a empresa IPTRUST Advance Tecnologia da Informação LTDA.
- 5. OBJETO:** O objeto do presente instrumento é a contratação de licenciamento e expansão da Solução de Segurança em Tecnologia da Informação, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 6. MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO:** Adesão à Ata de Registro de Preços 022/2025, referente ao Pregão Eletrônico 039/2025-COLIC/TJAM, cuja homologação foi publicada no Diário da Justiça Eletrônico, Ano XVIII, Edição nº 4143, Caderno Extra, em 30/10/2025, à pág. 08.
- 7. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:** O presente Contrato rege-se por toda a legislação aplicável à espécie e ainda pelas disposições que a complementarem, alterarem ou regulamentarem, cujas normas, desde já, entendem-se como integrantes do presente Termo, especialmente às normas constantes da Lei 14.133/21, a Resolução nº 64/2023 deste Tribunal de Justiça, ou outra que vier a substituí-la, e demais normas legais pertinentes.
- 8. PREÇO:** O valor total da contratação é de R\$ 4.671.762,94 (quatro milhões, seiscentos e setenta e um mil, setecentos e sessenta e dois reais e noventa e quatro centavos).
- 9. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** As despesas com a prestação de serviços do presente Contrato serão custeadas pelos seguintes empenhos: Itens 3 e 4: Programa de Trabalho 02.126.3290.2627.0001, Elemento de Despesa 33904019, Fonte de Recurso 1.759.201.0.0000.0000, Unidade Orçamentária 04703 (Fundo de Modernização e Reaparelhamento do Poder Judiciário Estadual), Nota de Empenho 2026NE0000467, de 10/02/2026, no valor de R\$ 3.577.192,94 (três milhões, quinhentos e setenta e sete mil, cento e noventa e dois reais e noventa e quatro centavos); Itens 7 e 8: Programa de Trabalho 02.126.3290.2627.0001, Elemento de Despesa 33904008, Fonte de Recurso 1.759.201.0.0000.0000, Unidade Orçamentária 04703 (Fundo de Modernização e Reaparelhamento do Poder Judiciário Estadual), Nota de Empenho 2026NE0000468, de 10/02/2026, no valor de R\$ 258.500,00 (duzentos e cinquenta e oito mil e quinhentos reais) e Item 2: Programa de Trabalho 02.126.3290.2627.0001, Elemento de Despesa 44905235, Fonte de Recurso 1.759.201.0.0000.0000, Unidade Orçamentária 04703 (Fundo de Modernização e Reaparelhamento do Poder Judiciário Estadual), Nota de Empenho 2026NE0000469, de 10/02/2026, no valor de R\$ 836.070,00 (oitocentos e trinta e seis mil e setenta reais).
- 10. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO:** O prazo de vigência da contratação é de 36 (trinta e seis) meses, contados da lavratura do contrato, na forma do art. 105 da Lei 14.133/21.

Manaus/AM, 11 de fevereiro de 2026.

Desembargador **JOMAR RICARDO SAUNDERS FERNANDES**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas

EXTRATO Nº 35/2026 - SECOP/DVCC/SCOA

- 1.ESPÉCIE:** Acordo de Cooperação Técnica nº 12/2026 - TJAM.
- 2.PROCESSO ADMINISTRATIVO:** 2025/000049639-00.
- 3.DATA DA ASSINATURA:** 12/02/2026.
- 4.PARTÍCIPES:** Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e a Associação dos Notários e Registradores do Estado do Amazonas.
- 5.OBJETO:** O presente Acordo de Cooperação Técnica tem por objeto: a. A implantação, operacionalização, suporte, manutenção e evolução contínua de solução destinada à gestão, fiscalização e controle da atividade extrajudicial, consistente na disponibilização